



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 8/XI/ 1.ª SL

Aos 05 dias do mês de Janeiro de 2010, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Deliberação sobre o Plano de Actividades da Comissão de Assuntos Europeus para a 1ª Sessão Legislativa;
2. Definição da metodologia a adoptar para o escrutínio das iniciativas europeias;
3. Deliberação sobre a realização de audição ao Procurador-Geral Adjunto indicado para ocupar o lugar de membro nacional na Eurojust, no âmbito da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto;
4. Deliberação sobre a realização de audição ao Sr. Ministro da Justiça, no âmbito da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, relativamente ao acompanhamento da Proposta de Regulamento sobre conflito de leis em matéria sucessória e à Proposta de Directiva sobre os direitos à interpretação e à tradução no âmbito do processo penal;
5. Designação da delegação da Comissão dos Assuntos Europeus que a representará no jantar-debate sobre o Tratado de Lisboa, organizado pelo Clube de Empresários de Coimbra;
6. Agendamento da Fotografia oficial da CAE;
7. Apreciação e votação da Acta nº 6 e 7.

No início da reunião, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vitalino Canas (PS), começou por solicitar a melhor compreensão pela confusão relativamente à sala, mas explicitou que ela se devia a uma confluência de reuniões no mesmo dia e à mesma hora.

De seguida, passou para o primeiro ponto da Ordem do Dia e colocou à consideração dos Senhores Deputados presentes o Plano de Actividades, que tinha

sido distribuído previamente já com as alterações acordadas em reuniões anteriores.

O Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) solicitou a palavra para referir que o Grupo Parlamentar do PSD concorda com o que se encontra previsto no Plano de Actividades, mas refere que deveriam estar incluídas as audições regimentais do Governo e que sem elas não poderá votar a presente proposta.

O Senhor Presidente da Comissão referiu que de acordo com o entendimento da Conferência de Presidentes de Comissão e com S. Exa. o Presidente da Assembleia da República essa questão não se colocaria neste caso. Aliás, a este propósito, referiu que, em diálogo com o Ministro dos Assuntos Parlamentares, este entende que a Comissão de Assuntos Europeus é privilegiada no que diz respeito às audições de S. Exa. o Ministro dos Negócios Estrangeiros, por força da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto. Em relação ao que prevê o Regimento o Senhor Presidente entende que não é necessário prever especificamente no plano de Actividades.

A Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS) pediu a palavra para referir que o PS se encontra em condições de aprovar este Plano de Actividades. Em relação à questão suscitada pelo PSD, referiu que de acordo com a Conferência de Líderes, esta questão não se coloca e, que nos termos regimentais, se encontra salvaguardada essa possibilidade.

O Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) solicitou novamente a palavra para referir que não vislumbra qualquer inconveniente em reiterar o que o Regimento prevê no Plano de Actividades.

O Senhor Presidente da Comissão sugeriu então que fosse alterado o ponto relativo às audições do Ministro dos Negócios Estrangeiros no sentido de introduzir no final a expressão "bem como, nos termos do Regimento da Assembleia da República, as nele previstas".

O Senhor Deputado Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou a palavra para concordar com este aditamento.

O Senhor Presidente da Comissão submeteu então a votação o Plano de Actividades com a alteração proposta, o qual foi aprovado por unanimidade, estando presentes os Grupos Parlamentares do PS, PSD, CDS-PP e BE.

No segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente começou por aludir ao documento produzido pelos Serviços de Apoio à Comissão de Assuntos Europeus, que aproveitou para congratular, considerando a Nota Informativa, de muita qualidade, pedagógica e clara quanto à proposta de metodologia. De seguida apresentou o documento, que se anexa à presente acta, enfatizando os procedimentos propostos de escrutínio de iniciativas europeias.

A Senhora Deputada Luísa Roseira (PSD) solicitou que fosse dado um prazo para análise do documento e eventualmente para apresentar propostas, sobretudo no que diz respeito à metodologia apresentada.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) começou por reconhecer o mérito do trabalho apresentado pelos Serviços de Apoio à Comissão e acrescentou que o BE entende não existirem muitas alterações a introduzir ou discutir.

A Senhora Deputada Luísa Roseira (PSD) reiterou a necessidade de definição de uma data limite para apresentar sugestões.

O Senhor Presidente referiu que considerando que a próxima reunião será no dia 20 de Janeiro, pelo que a data limite poderá ser o dia 18 de Janeiro.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente referiu que tinham sido encetados os procedimentos adequados no sentido de se proceder à audição do membro nacional da Eurojust e sugeriu que à referida audição fosse associada a 1.^a Comissão, o que mereceu o assentimento da Comissão.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, o Senhor Presidente explicitou que a vinda de S. Exa. o Ministro da Justiça, ao abrigo da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, se prendia com dois assuntos já escrutinados por esta Comissão, por um lado, a proposta de regulamento sobre conflitos de leis em matéria sucessória e, por outro lado, a proposta de Directiva sobre os direitos à interpretação e à tradução no âmbito do processo penal. Ambos os escrutínios foram iniciados pela 1.^a Comissão Parlamentar e ambos preconizavam o acompanhamento das iniciativas, pelo que sugeriu que fosse realizada uma audição conjunta com a 1.^a Comissão Parlamentar. Esta proposta mereceu a concordância da Comissão.

No quinto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente começou por referir que devia ser enviado um ofício a S. Exa. o Presidente da Assembleia da República para que fosse autorizada a deslocação a Coimbra. De seguida, referiu as datas sugeridas pelo Clube de Empresários, referindo que duas correspondem a dias onde

decorrem jornadas parlamentares e as outras duas caem em sábados. Pelo que colocou à consideração da Comissão as datas em causa.

O Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) pediu a palavra para referir que o PSD não tem qualquer objecção a que seja num sábado. E coloca a questão da possibilidade de ser indicado um Deputado da região, mas que não pertença à Comissão.

O Senhor Deputado Serpa Oliva (CDS-PP) refere que também não tem qualquer objecção a que a iniciativa decorra num sábado.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) começou por questionar se podem ser sugeridas outras datas e reiterou a questão de poderem ser Deputados de outras Comissões.

O Senhor Presidente referiu que, em princípio, podem ser sugeridas novas datas e que se calhar se deveria sugerir preferencialmente uma segunda-feira.

O Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) solicitou ainda esclarecimentos sobre o modelo do jantar-debate.

O Senhor Presidente referiu que quando forem sugeridas novas datas, preferencialmente, a uma segunda-feira, poderá também ser questionado o Clube de Empresários sobre a metodologia do jantar-debate e exactamente quais os objectivos desse encontro e eventuais matérias a abordar no contexto do Tratado de Lisboa.

O Senhor Deputado Manuel Seabra (PS) pediu a palavra para referir que aceitando este convite a Comissão vai estar a criar um precedente e poderá ter de aceitar outros convites e acabar por encetar um conjunto de deslocações pelo país. Por outro lado, faz sentido que possam ir Deputados, que não sendo membros desta Comissão, tenham sido eleitos pelo Círculo Eleitoral de Coimbra.

O Senhor Presidente, em relação à primeira questão, referiu que a experiência desta Comissão é ser convidada regularmente para se deslocar a iniciativas locais e que a decisão é tomada caso a caso e, em relação a esta especificamente, a decisão foi tomada em reunião anterior e consta já do Plano de Actividades, que foi aprovado no início da reunião. Em relação à questão do Deputado ser da região, o Senhor Presidente mostrou que seria razoável essa opção e que deveria ser deixado a cada Grupo Parlamentar essa decisão.

No ponto seis da Ordem do Dia, foi acordado que a fotografia seria tirada no dia seguinte, pelas 14h55 nos Passos Perdidos.

Finalmente, no último ponto da Ordem do Dia foram submetidas a votação as Actas n.º 6 e n.º 7, tendo ambas sido aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do PCP.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Comissão deu por encerrada a reunião às 18:26 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 Janeiro 2010.

O PRESIDENTE

(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Carlos Costa Neves
Cecília Honório
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ribeiro
Luís Rodrigues
Luísa Roseira
Manuel Seabra
Miguel Vale Almeida
Pedro Brandão Rodrigues
Pedro Duarte
Sérgio Sousa Pinto
Vânia Jesus
Vitalino Canas
João Paulo Pedrosa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Carlos Páscoa Gonçalves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Honório Novo
José Ferreira Gomes
Paulo Pisco